



## CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

### TERMO

### DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NO ACORDO DE LENIÊNCIA

O **MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO** e o **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhes conferem o §10º do art. 16 e art. 17 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, o inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 52 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, e no art. 14 da Portaria Conjunta CGU/AGU nº 4, de 9 de agosto de 2019, resolvem:

1. Declarar cumpridas as obrigações e compromissos assumidos pelas empresas **AMEC FOSTER WHEELER ENERGY LIMITED E AMEC FOSTER WHEELER AMÉRICA LATINA (RESPONSÁVEIS COLABORADORAS)** perante a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União (**INSTITUIÇÕES CELEBRANTES**) no Acordo de Leniência celebrado em 25 de junho de 2021.
2. Atestar especialmente o adimplemento da obrigação contida na Cláusula Sétima, relativa à cooperação para as investigações e esclarecimentos dos fatos objeto do Acordo de Leniência, na Cláusula Oitava, relativa ao pagamento do valor de R\$ 86.196.063,32 (oitenta e seis milhões, cento e noventa e seis mil, sessenta e três reais e trinta e dois centavos), como ressarcimento ao Patrimônio Público, e nas Cláusulas Nona e Décima, relativas à promoção e ao aperfeiçoamento do Programa de Integridade das **RESPONSÁVEIS COLABORADORAS**.
3. Conceder às **RESPONSÁVEIS COLABORADORAS**, em decorrência do cumprimento dessas obrigações:
  - I - a isenção das sanções administrativas previstas no art. 87, incisos III e IV, e no art. 88 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no tocante aos fatos objeto do Acordo de Leniência;
  - II - a não aplicação dos efeitos e das penalidades previstas no art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, com exceção da multa já aplicada no escopo do Acordo de Leniência, conforme demonstrativo constante no Anexo III - Demonstrativo de Cálculo e Valor das Multas; e
  - III - a não aplicação da sanção de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, de acordo com o previsto no art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.
4. Consignar que o presente termo não isenta as **RESPONSÁVEIS COLABORADORAS** de continuar cooperando, caso necessário, com eventuais investigações ou processos que se relacionem aos fatos objeto do Acordo de Leniência, nos termos de sua Cláusula Sétima.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

**JORGE MESSIAS**

Advogado-Geral da União

---

**Referência:** Processo nº 00190.111037/2020-24

SEI nº 2953146